

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PAULÍNIA REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2022.

Data e horário: Aos vinte e um dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, às 08h30min.

Presença: Presentes estavam: **LIGIAN REGINA KALVON** e **NÍVIA CARLA DA FONSECA** representantes eleitas dos servidores ativos, **MARCIA REGINA AMBROZINI LOPES DA SILVA**, representante eleita dos servidores inativos, **ADEMIR PEREIRA**, representante nomeado do Poder Executivo e **REGINALDO APARECIDO NAVES**, representante nomeado do Poder Legislativo.

Ordem do dia:

1. **Análise dos Processos de Aposentadorias e Pensões,**
2. **Análise dos Processos de Empenho e Carteira de Investimentos referentes ao mês de janeiro de 2021.**
3. **Deliberação do relatório trimestral (outubro, novembro e dezembro de 2021) e Parecer Anual de 2021.**

Item 1 da ordem do dia – O conselho analisou os processos de **aposentadoria** de agosto de 2021 de: Lourdes Borges de Oliveira, Marcia Regina Lima de Campos, Ivanilde Sabino dos Santos, Benedito Aparecido Lauriano, Benedita Luciana do Prado, Vera Lucia de Barros, José Jesus de Oliveira, Renato Katchadur YTelles, Rosangela Maria Marques de Carvalho Marçal, Isilda de Lourdes Sasso e Ana Paula Portozzi.

Item 2 da ordem do dia – O conselho analisou os documentos disponibilizados referentes ao mês de **JANEIRO/2022** onde foi constatado que o **REPASSE** da Prefeitura Municipal de Paulínia incluindo o aporte, totalizaram **R\$ 13.920.973,53** sendo que o repasse da Câmara Municipal de Paulínia foi efetuado em dezembro de 2021 conformes APR' s. Também se verificou o valor de **R\$ 38.170,08** referente ao Termo de Convênio entre Prefeitura e Pauliprevi referente ao setor de perícias, das **parcelas 016/200** dos parcelamentos previdenciários n° s **406 e 408/2020** totalizando **R\$ 440.854,16**, do valor de **R\$ 120.343,14** referente ao Termo de Acordo SMG n° 828/2021 e do crédito referente ao COMPREV no valor de **R\$ 783.816,39**. De acordo com o **RESUMO GERAL DA FOLHA** o pagamento de Aposentados totalizou **R\$ 11.903.672,76 (1447)**, Pensionistas – **R\$ 818.472,29 (139)**, Ativos - **R\$ 258.274,99** e Conselheiros – **R\$ 35.411,47**.

Item 3 da ordem do dia – O conselho constatou no exercício de 2021 os devidos **REPASSES** das Receitas Previdenciárias da Prefeitura, Câmara Municipal, instituto e servidores cedidos, além de recursos provenientes do **COMPREV**, pagamento do **PARCELAMENTO CADPREV (406 e 408/2020)** e **Termo de Acordo SMG n° 828/2021**. Os repasses foram efetuados nas datas previstas totalizando aproximadamente **R\$ 182,9 milhões** no ano de 2021. Conforme Lei Municipal n° 3738/2019, que define previamente os valores do aporte para cada exercício, no ano de 2021 foram considerados **R\$ 77.944,48** e **R\$ 4.230.607,21**, respectivamente para Câmara e Prefeitura Municipal de Paulínia. Os parcelamentos CADPREV foram corrigidos mensalmente pela meta atuarial de **IPCA + 6%**, sendo que a partir de setembro começaram a ser pagas as parcelas do Termo de Acordo SGM n° 828/2021 referente às aposentadorias anuladas de guardas municipais no ano de 2019 em decorrência de ação direta de inconstitucionalidade impetrada pelo Ministério

Público. Em 2021 somaram-se entre parcelamento e restituição de benefícios aproximadamente R\$ 5,8 milhões. Também foram restituídos os valores provenientes do Convênio SMRH nº 001/2020, em razão dos serviços de perícia realizados pelos servidores do instituto, baseado em pró rata (produção) o que aproxima o recebimento em 90% do valor e com duração de sessenta meses, podendo ser prorrogável por igual período. As parcelas do COMPREV se mantiveram iguais por se tratar de estoque de parcelas anteriores referentes à processos de Compensação Previdenciária realizados, sendo que as alterações nos valores estão relacionadas às retenções do INSS e totalizaram aproximadamente **R\$ 9,4 milhões** referente a 463 processos. No ano de 2021 foram concedidas 156 **aposentadorias** totalizando aproximadamente **R\$ 141,4 milhões** e 23 processos de pensão que totalizaram **R\$ 9,1 milhões**, incluindo o pagamento de 13º salário. As variações mensais observadas nas folhas de pagamento dos aposentadores, pensionistas, servidores ativos e conseqüentemente aumento no custeio administrativo estão relacionadas ao pagamento de 13º salário (adiantamento em janeiro, 1ª parcela em junho e 2ª parcela em novembro). As variações observadas no pagamento de jetom aos conselheiros foram relacionadas ao pagamento em folha complementar referentes às reuniões não incluídas na folha de pagamento regular e totalizaram no ano de 2021 uma despesa aproximada de **R\$ 423 mil**. Quanto aos servidores ativos, foram gastos aproximadamente **R\$ 3,5 milhões** incluindo vencimentos e demais vantagens. Além dos valores da folha de pagamento dos servidores ativos, o custeio administrativo engloba outras despesas que totalizaram aproximadamente: **Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física** (aluguel da locação da sede, valores pagos aos membros dos conselhos) – **R\$ 575 mil**, **Serviços de Tecnologia de Informação** (locação de computadores e sistema de contabilidade) – **R\$ 249 mil** e **Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica** (custódia de títulos públicos, locação de impressoras e locação do veículo) – **R\$ 117 mil**, além de valores gastos com **obrigações patronais** – **R\$ 371 mil**, valores que somados totalizaram em 2021 um gasto total na ordem de **R\$ 4,9 milhões**. O instituto fechou o ano de 2021 com um superávit de **R\$ 46,7 milhões**, que pode ser explicado considerando o aumento nos valores das receitas já citadas, além dos valores originários do pagamento de cupons e rendimentos de títulos públicos em carteira, compensação previdenciária e parcelamento de débitos patronais. Os déficits observados nos meses de junho e novembro estão relacionados ao pagamento da 1ª e 2ª parcelas do 13º salário, uma vez que as receitas dessas contribuições são feitas no mês subsequente. Quanto aos contratos, no mês 02/2021 foi realizado o pregão presencial 03/2020 para a contratação de empresa especializada para fornecimento de telefonia fixa, móvel e internet banda larga tendo como vencedora a empresa TELEFÔNICA BRASIL S/A com valor global anual estimado em R\$ 21.621,24. Todos os processos de empenho, contratos e processos licitatórios foram elaborados conforme a lei podendo ser consultados junto ao instituto e também no site <https://pauliprev.sp.gov.br>. A carteira de investimentos fechou o ano de 2021 com saldo de R\$ 1.330.817.656,86, sendo a maioria do patrimônio alocado em fundos referenciados em títulos públicos. No primeiro trimestre pudemos observar que alguns fundos ilíquidos performaram positivamente uma vez que a variação destes está atrelada a recuperação de créditos e não a variação de mercado, em detrimento de outros fundos que possuem seus ativos vinculados à abertura da economia. Também foram observadas importantes amortizações, além de distribuição de resultados e rendimentos de cupons. No segundo trimestre foram observados rendimentos mais significativos na renda fixa e variável, sendo que em junho obtivemos o melhor rendimento de renda variável (valorização de 5,48%), além do recebimento de grandes valores oriundos de




amortizações. No entanto, houve impactos negativos relacionados à rentabilidade negativa dos fundos ilíquidos e reprocessamento da carteira em 13/05/2021 (ativo "Bittenpar componente da carteira dos fundos investidos AOK FI Renda Fixa Crédito Privado e CEDROTREE Institucional IMA-B 5). Houve ainda reprocessamento de cotas dos Fundos Incentivo Multisetorial I e Ático Geração de Energia totalizando um ganho na carteira de R\$ 1.468.973,98. No terceiro trimestre a variação foi negativa, sendo que o Bahia BBM Valuation teve a pior performance justificando a queda nos ativos brasileiros motivados pela incerteza política e fiscal. Positivamente, houve rendimento de cupons de títulos públicos no valor de R\$ 4.440.249,79. De acordo com o comitê de investimentos, o mês de setembro foi o pior mês para a bolsa desde março de 2020, uma vez que a IBOVESPA fechou com queda de 6,57%. Fechamos o ano de 2021 positivamente graças ao mercado de títulos públicos, embora em outubro a variação da carteira também tenha sido negativa e novembro fosse marcado por perdas especialmente das exposições da bolsa. No entanto, também houve grandes amortizações além de recebimentos de cupons semestrais de títulos públicos. O conselho reconheceu a competência do comitê de investimentos e todo trabalho na recuperação dos fundos que totalizaram aproximadamente **R\$ 22 milhões** em 2021 e um acumulando **R\$ 88,5 milhões recuperados desde 2019**. Este conselho fiscal acompanhou os pareceres e tomou ciência das atas do comitê de investimentos, o que inclui acompanhamento das rentabilidades, riscos, além de processos decisórios. Verificou-se que o instituto encerrou positivamente o ano de 2021 em 0,63% abaixo da meta atuarial de IPCA+5,43%, totalizando 16,03%. Os documentos comprobatórios incluindo atas e demais planilhas encontram-se a disposição no instituto e no site para conferência. No ano de 2021 o conselho fiscal tomou ciência dos processos de concessão de aposentadorias e pensões. No ano de 2021, 550 processos foram julgados regulares pelo Tribunal de Contas incluindo aposentadorias e pensões concedidas em nos anos de 2019 e 2020. Os apontamentos sinalizados nos processos estão relacionados à migração de servidores para o regime próprio no ano de 2011 (LC 49/2011), irregularidades em verbas (hora extra, hora noturno, adicionais, entre outros) e problemas de formalidade processual (cartão do PIS, portaria de adicional de tempo de serviço).

O conselho finalizou o relatório emitindo o parecer técnico a partir da verificação do CRP com validade até 27/03/2022 obtido por via judicial conforme Certificado de Exclusão de Irregularidades nº 986831 – 201013, de que em relação ao cálculo atuarial, com base na **Lei nº 3759/2020** datada de 01/04/2020, que alterou a contribuição patronal e dos segurados em 14%, houve adequação às mudanças trazidas pela EC nº 103/2019 respeitando-se o prazo determinado constitucionalmente, a saber, § 6º do artigo 195 da CF, que a dívida previdenciária com valor apurado de R\$ 72.183.609,55 referente aos anos de 2015 e 2016, que houve a promulgação da **Lei nº 3768/2020** que dispõe sobre o parcelamento de débitos junto ao Pauliprevi, sendo que os Termos de Acordo nº s 406 e 408/2020 que definiu prazos e outras diretrizes de pagamento foram assinados em 11/08/2020 e o pagamento das parcelas está em dia, além da promulgação da **Lei 3923/2021** que dispôs sobre o parcelamento de débitos em até 60 parcelas nos termos do acordo nº 828/2021, conforme publicado no Diário Oficial do Município, edição nº 1.667, de 23/07/2021, <http://www.paulinia.sp.gov.br/uploads/semanarios/1667.pdf>, que considerando o total de receitas que incluem os repasses, aportes, parcelamento CADPREV, COMPREV e demais receitas, o saldo financeiro do instituto foi superavitário no ano de 2021 em R\$ 46,7 milhões e que após análise dos processos de aposentadorias

e pensões verificou-se que, com a adoção de medidas pela Diretoria Executiva, baseadas em apontamentos do Tribunal de Contas, o número de glosas nas concessões de aposentadoria diminuiu consideravelmente, embora as leis municipais que disciplinam a base previdenciária dos servidores do município de Paulínia (Leis Complementares 17 e 18/2001) não tenham ainda sido corrigidas. Finalmente em relação à carteira de investimentos, o conselho acompanhou a postura do comitê de investimentos durante o ano de 2021, que monitorou a rentabilidade visando a meta atuarial, porém com cautela nos investimentos, considerando a volatilidade do mercado e a certeza de liquidez, sendo que com relação aos fundos ilíquidos, o monitoramento isolado dos fundos promoveu a recuperação de muitos ativos financeiros que somaram R\$ 22 milhões. O instituto encerrou positivamente o ano de 2021 em 0,63% abaixo da meta atuarial de IPCA+5,43%, totalizando 16,03%. Após análise completa e discussão do presente parecer, a votação foi a seguinte: As conselheiras Nívia, Ligian e Márcia, **APROVARAM com ressalvas** as contas do terceiro trimestre em razão da necessidade de regularização das Leis Complementares nº 17 e 18, ambas de 09/10/2001, que devem ocorrer dos limites legais, a fim de não causar novos prejuízos aos servidores no futuro, os conselheiros Reginaldo e Ademir **APROVARAM** as contas, por entenderem que todas as medidas necessárias quanto à regularização do CRP foram tomadas pela atual Diretoria junto a Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social. Todos os conselheiros reconhecem o empenho da Diretoria nas regularizações necessárias, bem como o empenho da mesma junto com o Comitê de Investimentos na recuperação de fundos ilíquidos, fruto de aplicações ocorridas em gestões anteriores, **APROVANDO** por unanimidade as contas do exercício de 2021.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta Ata, que lida e aprovada foi assinada pelos conselheiros presentes.

Paulínia, 21 de março de 2022.



LIGIAN REGINA KALVON
Conselheira Fiscal



NÍVIA CARLA DA FONSECA
Conselheira Fiscal



MARCIA REGINA AMBROZINI L. DA SILVA
Conselheira Fiscal



ADEMIR PEREIRA
Conselheiro Fiscal


REGINALDO APARECIDO NAVES
Conselheiro Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PAULÍNIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2021.

Aos vinte e um dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, as 08h00min, estavam presentes: **LIGIAN REGINA KALVON**, Presidente e conselheira eleita; **NÍVIA CARLA DA FONSECA**, representante eleita dos servidores ativos; **MARCIA REGINA AMBROZINI LOPES DA SILVA**, representante eleita dos servidores inativos, **ADEMIR PEREIRA**, representante nomeado do Poder Executivo e **REGINALDO APARECIDO NAVES**, representante nomeado do Poder Legislativo, para discussão e deliberação final referente ao **exercício de 2021**. Este documento foi emitido após análises detalhadas de demonstrativos financeiros, balanços, processos de empenho, contratos, notas técnicas atuariais, COMPREV, emissão de relatórios trimestrais, além de discussões junto à Diretoria Executiva conforme segue:

I. RECEITAS

2021	REPASSES		CADPREV 406 e 408/2022	Termo Acordo 828/2021 (****)	COMPREV	Convênio SMRH 001/2020 (*)
	PMP	CÂMARA				
JAN	11.968.455,32	(**)	384.779,98 005/200		- (***)	46.116,75
FEV	12.985.032,21	250.802,04	386.656,95 006/200		751.634,17	51.675,74
MAR	12.734.655,72	249.978,49	392.865,91 007/200		792.595,92	51.742,56
ABR	13.067.177,21	262.583,13	398.441,27 008/200		-	51.286,68
MAI	13.126.729,17	258.170,99	401.601,14 009/200		1.585.191,84 (abril e maio)	55.657,44
JUN	13.130.031,14	249.173,14	406.856,64 010/200		792.595,92	46.328,97
JUL	13.111.300,20	258.810,20	410.963,82 011/200		792.595,92	44.057,30
AGO	14.299.054,20	243.490,40	416.850,93 012/200		792.595,92	58.113,11
SET	14.224.527,00	275.727,52	422.467,77 013/200		792.595,92	44.472,17
OUT	14.224.487,54	243.548,14	424.451,19 014/200	115.195,73	726.377,98	48.622,70
NOV	14.152.783,82	403.036,36 (13º salário)	426.434,62 015/200	116.347,69	785.801,69	55.649,13
DEZ	23.684.596,92 (13º salário)	475.378,38 (Dez e Jan/22)	438.822,58 016/200	119.753,22	1.561.266,02 (13º salário)	47.932,41

Tabela 1. Repasses, parcelamentos, compensação previdenciária e ressarcimentos, em Reais (R\$).

(*) Ressarcimento Perícias – Convênio SMRH 001/2020

(**) Repasse da câmara no valor de R\$ 212.530,33 foi realizado em 17/12/2020 conforme APR nº 364/2020

(***) Devido a nova sistemática de pagamento do sistema de compensação previdenciária, no mês de janeiro de 2021 não houve pagamento do COMPREV conforme Ofício Circular SEI nº 4114/2020/ME

(****) Termo de Acordo nº 828/2021 conforme Lei 3923/2021

No exercício de 2021 constatamos o devido **REPASSE** das Receitas Previdenciárias da Prefeitura, Câmara Municipal, instituto e servidores cedidos, além de recursos provenientes do **COMPREV**, pagamento do **PARCELAMENTO CADPREV (406 e 408/2020)** e **Termo de Acordo SMG nº 828/2021**. Todos os comprovantes como APR's, ofícios e relatórios estão disponíveis para verificação junto ao instituto.

Os repasses foram efetuados nas datas previstas conforme valores constantes na tabela 1 e totalizando aproximadamente R\$ **182,9 milhões** no ano de 2021. Conforme Lei Municipal nº 3738/2019, que define previamente os valores do aporte para cada exercício, no ano de 2021 foram considerados R\$ 77.944,48 e R\$ 4.230.607,21, respectivamente para Câmara e Prefeitura Municipal de Paulínia, observados a partir do mês de fevereiro (regime de caixa) porém referentes ao mês de janeiro de 2021.

Os parcelamentos CADPREV são corrigidos mensalmente pela meta atuarial de IPCA + 6%, sendo que a partir de setembro começaram a ser pagas as parcelas do Termo de Acordo SGM nº 828/2021 referente às aposentadorias anuladas de guardas municipais no ano de 2019 em decorrência de ação direta de inconstitucionalidade impetrada pelo Ministério Público. Em 2021 somaram-se entre parcelamento e restituição de benefícios aproximadamente R\$ 5,8 milhões

Também foram restituídos os valores provenientes do Convênio SMRH nº 001/2020, em razão dos serviços de perícia realizados pelos servidores do instituto, baseado em pró rata (produção) o que aproxima o recebimento em 90% do valor e com duração de sessenta meses, podendo ser prorrogável por igual período.

As parcelas do COMPREV se mantiveram iguais por se tratar de estoque de parcelas anteriores referentes à processos de Compensação Previdenciária realizados, sendo que as alterações nos valores estão relacionadas às retenções do INSS e totalizaram aproximadamente **R\$ 9,4 milhões** referente a 463 processos.

II. **DESPESAS**

No ano de 2021 foram concedidas 156 **aposentadorias** totalizando aproximadamente **R\$ 141,4 milhões** e 23 processos de pensão que totalizaram **R\$ 9,1 milhões**, incluindo o pagamento de 13º salário.

As variações mensais observadas nas folhas de pagamento dos aposentadores, pensionistas, servidores ativos e conseqüentemente aumento no custeio administrativo estão relacionadas ao pagamento de 13º salário (adiantamento em janeiro, 1ª parcela em junho e 2ª parcela em novembro).

As variações observadas no pagamento de jetom aos conselheiros estão relacionadas ao pagamento em folha complementar referentes às reuniões não incluídas na folha de pagamento regular e totalizaram no ano de 2021 uma despesa aproximada de **R\$ 423 mil**.

Quanto aos servidores ativos, foram gastos aproximadamente **R\$ 3,5 milhões** incluindo vencimentos e demais vantagens.

Manoel

Além dos valores da folha de pagamento dos servidores ativos, o custeio administrativo engloba outras despesas que totalizaram aproximadamente: **Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física** (aluguel da locação da sede, valores pagos aos membros dos conselhos) – **R\$ 575 mil**, **Serviços de Tecnologia de Informação** (locação de computadores e sistema de contabilidade) – **R\$ 249 mil** e **Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica** (custódia de títulos públicos, locação de impressoras e locação do veículo) – **R\$ 117 mil**, além de valores gastos com **obrigações patronais** – **R\$ 371 mil**, valores que somados totalizaram em 2021 um gasto total na ordem de **R\$ 4,9 milhões**.

2021	APOSENTADORIAS	PENSÕES	ATIVOS (31)	CONSELHO (14)	CUSTEIO ADM
JAN	11.124.894,21(*) (1276)	665.976,25(*) (116)	344.709,88(*)	33.919,90	417.079,63
FEV	10.575.908,70 (1291)	640.863,75 (116)	277.210,82	33.919,90	391.860,59
MAR	10.510.857,57 (1302)	676.466,63 (118)	255.236,80	27.862,75	364.011,64
ABR	10.516.580,53 (1309)	675.405,16 (121)	287.700,73	39.977,00 (**)	411.220,15
MAI	10.808.474,56 (1340)	697.717,69 (123)	280.404,62	33.919,90	396.064,72
JUN	14.509.826,04(*) (1349)	974.151,89 (123)	283.353,08	33.919,90	390.814,46
JUL	10.966.046,81 (1349)	710.064,24 (123)	282.970,09	33.919,90	397.623,40
AGO	10.993.768,36 (1371)	768.381,86 (131)	270.997,51	33.919,90	387.530,62
SET	11.166.235,22 (1387)	733.473,73 (132)	289.322,00	33.919,90	399.383,62
OUT	11.334.665,85 (1414)	760.305,85 (134)	272.867,15	45.119,90 (**)	395.731,71
NOV	17.429.587,65(*) (1427)	1.136.532,78 (138)	407.913,93	36.719,90	555.518,48
DEZ	11.544.115,86 (1432)	754.520,85 (139)	290.190,30	36.719,90	417.026,14

Tabela 2. Tabela meramente ilustrativa demonstrando Despesas com aposentadorias, pensões, folha de pagamento dos servidores ativos, membros do conselho e custeio administrativo em Reais (R\$)

(*) Pagamento 13º salário

(**) Valor inferior em virtude da contabilização de pagamento de reunião no mês seguinte devido ao fechamento de folha de pagamento

O instituto fechou o ano de 2021 com um superávit de **R\$ 46,7 milhões**, que pode ser explicado considerando o aumento nos valores das receitas já citadas, além dos valores originários do pagamento de cupons e rendimentos de títulos públicos em carteira, compensação previdenciária e parcelamento de débitos patronais.

Os déficits observados nos meses de junho e novembro estão relacionados ao pagamento da 1ª e 2ª parcelas do 13º salário, uma vez que as receitas dessas contribuições são feitas no mês subsequente.

Quanto aos contratos, no mês 02/2021 foi realizado o pregão presencial 03/2020 para a contratação de empresa especializada para fornecimento de telefonia fixa, móvel e internet banda larga tendo como vencedora a empresa TELEFÔNICA BRASIL S/A com valor global anual estimado em R\$ 21.621,24.

Todos os processos de empenho, contratos e processos licitatórios foram elaborados conforme a lei podendo ser consultados junto ao instituto e também no site <https://pauliprev.sp.gov.br>.

2021	RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	DESPESAS	SALDO FINANCEIRO
Janeiro	12.976.168,98	12.207.950,09	768.218,89
Fevereiro	19.162.284,05 (Cupons semestrais)	11.608.633,04	7.553.651,01
Março	14.704.492,99	11.551.335,84	3.153.157,15
Abril	14.311.251,13	11.603.205,84	2.708.045,29
Maio	16.873.810,08 (Comprev)	11.903.161,02	4.970.649,06
Junho	15.120.182,82	15.874.792,39 (13º salário)	-754.609,57
Julho	15.186.422,28	12.096.395,24	3.090.027,04
Agosto	20.792.680,49 (13º salário)	12.149.680,34	8.643.000,15
Setembro	16.292.924,54	12.299.092,57	3.993.831,97
Outubro	21.816.102,41	12.499.703,41	9.316.399,00
Novembro	17.961.698,84	19.145.036,88 (13º salário)	-1.183.338,04
Dezembro	28.417.262,69 (13º salário)	12.729.388,65	15.687.874,04

Tabela 3. Demonstrativo meramente ilustrativo de receitas orçamentárias, despesas e saldo financeiro mensal aproximado, em Reais (R\$).

III. CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	
JANEIRO	1.313.786.234,21
FEVEREIRO	1.308.591.319,40
MARÇO	1.320.204.850,67
ABRIL	1.339.208.687,80
MAIO	1.361.299.207,34
JUNHO	1.363.894.231,49
JULHO	1.350.678.591,90
AGOSTO	1.340.714.251,05
SETEMBRO	1.328.107.711,75
OUTUBRO	1.297.700.218,23
NOVEMBRO	1.303.071.944,20
DEZEMBRO	1.330.817.656,86

Tabela 4. Valores mensais em Reais (R\$).

A carteira de investimentos fechou o ano de 2021 com saldo de R\$ 1.330.817.656,86, sendo a maioria do patrimônio alocado em fundos referenciados em títulos públicos.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

VALORIZAÇÕES E DESVALORIZAÇÕES		
JANEIRO	Citibank BBIF +15,65% Piatã Cred. Priv. +0,68% TMJ IMA B +0,42%	Icatu Vanguarda -3,91% Geração Fia -3,46% Bradesco Sel -2,48%
FEVEREIRO	Illuminati +12,62% Sculptor +2,57% TMJ +0,58%	Vanguarda -3,80% Itaú Mom30 -3,68% Bradesco Sel -3,24%
MARÇO	Firf Pyxis +8,75% Illuminati +7,45% Icatu Vanguarda +5,06%	Ático -1,39% Itaú Mom30 -1,18% Infra Real -0,79%
ABRIL	Bahia BBM Val +5,48% Itaú Mom30 +3,57% Icatu Vanguarda +3,39%	Firf Pyxis -1,17% BBIF Master -0,75% Gestão Empr -0,50%
MAIO	Itaú Dunamis +7,67% Bradesco Sel +5,99% Icatu Vanguarda +5,25%	Tower Bridge -16,58% Firf Pyxis -0,88% BBIF Master -0,75%
JUNHO	Firf Pyxis +8,75% Illuminati +7,45% Icatu Vanguarda +5,06%	Ático Gestão -1,39% Itaú Mom30 -1,18% Infra Real -0,79%
JULHO	Firf Pyxis +8,12% Santander Inst. +0,67% TMJ IMA B +0,58%	Incentivo Mult -14,25% Icatu Vanguarda -4,91% Bradesco Sel -4,87%
AGOSTO	Infra Saneamento +1,85% Santander Inst. +0,88% Firf Pyxis +0,82%	Bahia BBM Val -5,24% Tower Bridge -4,42% Sculptor -3,31%
SETEMBRO	Infra Saneamento +1,85% Títulos Públicos +1,02% Santander Inst. +0,88%	TMJ IMA-B -13,56% Bradesco Sel -8,28% Itaú Mom30 -7,85%
OUTUBRO	GGR Prime +1,23% Santander Inst. +1,00 BB Previd. Perfil +0,51%	Itaú Mom30 -11,71% Bahia BBM Val -11,52% Bradesco Sel -8,61%
NOVEMBRO	Ático Gestão +14,16% BB Alloc +1,73% Itaú Inst +1,64	Itaú Mom30 -3,47% Bahia BBM Val -2,09% Bradesco Sel -2,18%
DEZEMBRO	Infra Saneamento +1,85% Títulos Públicos +1,02% Santander Inst. +0,88%	TMJ IMA B -13,56% Bradesco Sel -8,28% Itaú Mom30 -7,85%

Tabela 5. Relação de Fundos com performances positivas e negativas.

No primeiro trimestre pudemos observar que alguns fundos ilíquidos performaram positivamente uma vez que a variação destes está atrelada a recuperação de créditos e não a variação de mercado, em detrimento de outros fundos que possuem seus ativos vinculados à abertura da economia. Também foram observadas importantes amortizações, além de distribuição de resultados e rendimentos de cupons.

No segundo trimestre foram observados rendimentos mais significativos na renda fixa e variável, sendo que em junho obtivemos o melhor rendimento de renda variável (valorização de 5,48%), além do recebimento de grandes valores oriundos de amortizações. No entanto, houve impactos negativos relacionados à rentabilidade negativa dos fundos ilíquidos e reprocessamento da carteira em 13/05/2021 (ativo "Bittenpar componente da carteira dos fundos investidos AOK FI Renda Fixa Crédito Privado e CEDROTREE Institucional IMA-B 5). Houve ainda reprocessamento de cotas dos Fundos Incentivo Multisetorial I e Ático Geração de Energia totalizando um ganho na carteira de R\$ 1.468.973,98.

Parecer do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos Municipais de Paulínia relativas ao exercício de 2021.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

No terceiro trimestre a variação foi negativa, sendo que o Bahia BBM Valuation teve a pior performance justificando a queda nos ativos brasileiros motivados pela incerteza política e fiscal. Positivamente, houve rendimento de cupons de títulos públicos no valor de R\$ 4.440.249,79. De acordo com o comitê de investimentos, o mês de setembro foi o pior mês para a bolsa desde março de 2020, uma vez que a IBOVESPA fechou com queda de 6,57%.

Fechamos o ano de 2021 positivamente graças ao mercado de títulos públicos, embora em outubro a variação da carteira também tenha sido negativa e novembro fosse marcado por perdas especialmente das exposições da bolsa. No entanto, também houve grandes amortizações além de recebimentos de cupons semestrais de títulos públicos.

	AMORTIZAÇÕES		DISTRIBUIÇÃO RESULTADOS		RENDIMENTO DE CUPONS NTN-B
JANEIRO	Tower	1.541.107,61	Hazz	80.886,94	
	Infra	4.967,78	Infra	1.752,98	
FEVEREIRO	GGR	432.969,59	Infra	1.070,44	4.248.081,79
	Infra	4.967,78			
MARÇO	Pyxis	3.429.961,88	Infra	1.219,32	
	Infra	4.967,78			
	TMJ	1.996.116,84			
ABRIL	Infra	4.967,78	Hazz	45.021,12	
	TMJ	538.212,24	Infra	621,88	
MAIO	W7	27.620,82	Infra	445,52	938.014,11
	Illuminati	2.760.356,35			
	Infra	4.967,78			
	TMJ	599.722,21			
JUNHO	TMJ	591.442,02	Infra	580,89	
JULHO	Infra	7.451,67	Hazz	42.429,69	
			Infra	3.856,17	
AGOSTO	Infra	4.967,78	Infra	2.123,65	4.440.249,79
	TMJ	205.361,97			
SETEMBRO	Infra	4.967,78	Infra	2.163,26	
OUTUBRO	GGR	432.969,59	Hazz	34.921,81	
			Infra	4.346,81	
NOVEMBRO	TMJ	73.930,25	Infra	1.862,92	991.767,37
	Infra	4.967,78			
DEZEMBRO	Sculptor	606.264,25	Infra	1.862,92	
	Illuminati	2.587.834,08			
	Infra	4.967,78			
	Infra	3.304.062,41			

Tabela 6. Tabela contendo os valores recebidos em Reais (R\$).

O conselho reconheceu a competência do comitê de investimentos e todo trabalho na recuperação dos fundos que totalizaram aproximadamente **R\$ 22 milhões** em 2021 e um acumulando **R\$ 88,5 milhões recuperados desde 2019**.

Este conselho fiscal acompanhou os pareceres e tomou ciência das atas do comitê de investimentos, o que inclui acompanhamento das rentabilidades, riscos, além de processos decisórios. Verificou-se que o instituto encerrou positivamente o ano de 2021 em 0,63% abaixo da meta atuarial de IPCA+5,43%, totalizando 16,03%.

Os documentos comprobatórios incluindo atas e demais planilhas encontram-se a disposição no instituto e no site para conferência.

IV. PREVIDÊNCIA

No ano de 2021 o conselho fiscal tomou ciência dos processos de concessão de aposentadorias e pensões. No ano de 2021, 550 processos foram julgados regulares pelo Tribunal de Contas incluindo aposentadorias e pensões concedidas em nos anos de 2019 e 2020.

Os apontamentos sinalizados nos processos estão relacionados à migração de servidores para o regime próprio no ano de 2011 (LC 49/2011), irregularidades em verbas (hora extra, hora noturno, adicionais, entre outros) e problemas de formalidade processual (cartão do PIS, portaria de adicional de tempo de serviço).



Manie

PARECER TÉCNICO

1. CRP

Verificamos que o instituto está com CRP, documento que atesta o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidos na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, com validade até 27/03/2022 obtido por via judicial conforme Certificado de Exclusão de Irregularidades nº 986831 – 201013.

2. CÁLCULO ATUARIAL

Com base na **Lei nº 3759/2020** datada de 01/04/2020, que alterou a contribuição patronal e dos segurados em 14%, houve adequação às mudanças trazidas pela EC nº 103/2019 respeitando-se o prazo determinado constitucionalmente, a saber, § 6º do artigo 195 da CF.

3. DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA

Em relação a dívida previdenciária com valor apurado de R\$ 72.183.609,55 referente aos anos de 2015 e 2016, obteve-se a promulgação da **Lei nº 3768/2020** que dispõe sobre o parcelamento de débitos junto ao Pauliprevi, sendo que os Termos de Acordo nº s 406 e 408/2020 que definiu prazos e outras diretrizes de pagamento foram assinados em 11/08/2020 e o pagamento das parcelas está em dia.



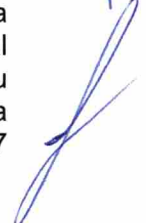


Também houve promulgação da **Lei 3923/2021** que dispõe sobre o parcelamento de débitos em até 60 parcelas nos termos do acordo nº 828/2021, conforme publicado no Diário Oficial do Município, edição nº 1.667, de 23/07/2021, <http://www.paulinia.sp.gov.br/uploads/semanarios/1667.pdf>.

4. RECEITAS E DESPESAS

Considerando o total de receitas que incluem os repasses, aportes, parcelamento CADPREV, COMPREV e demais receitas, o saldo financeiro do instituto foi superavitário no ano de 2021 em R\$ 46,7 milhões.

5. PREVIDÊNCIA

O conselho fiscal analisou os processos de aposentadorias e verificou que, com a adoção de medidas pela Diretoria Executiva, baseadas em apontamentos do Tribunal de Contas, o número de glosas nas concessões de aposentadoria diminuiu consideravelmente. No entanto, salientamos que as leis municipais que disciplinam a base previdenciária dos servidores do município de Paulínia (Leis Complementares 17 e 18/2001) não foram corrigidas.

6. CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

O conselho acompanhou a postura do comitê de investimentos durante o ano de 2021, que monitorou a rentabilidade visando a meta atuarial, porém com cautela nos investimentos, considerando a volatilidade do mercado e a certeza de liquidez. Quanto aos fundos ilíquidos, o monitoramento isolado dos fundos promoveu a recuperação de muitos ativos financeiros que somaram R\$ 22 milhões. O instituto encerrou positivamente o ano de 2021 em 0,63% abaixo da meta atuarial de IPCA+5,43%, totalizando 16,03%.

CONCLUSÃO DO PARECER

Após análise e discussão do presente parecer, a votação foi a seguinte:

As conselheiras Nívia, Ligian e Márcia, **APROVARAM com ressalvas** as contas do terceiro trimestre em razão da necessidade de regularização das Leis Complementares nº 17 e 18, ambas de 09/10/2001. Importante registrar que se faz necessária a regularização dentro dos limites legais, a fim de não causar novos prejuízos aos servidores no futuro, visto que tanto servidores ativos como inativos estão aflitos quanto a fragilidade das referidas leis. Os conselheiros Reginaldo e Ademir **APROVARAM** as contas, por entenderem que todas as medidas necessárias quanto à regularização do CRP, vem sendo tomadas pela atual Diretoria junto a Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social.

Todos os conselheiros reconhecem o empenho da Diretoria nas regularizações necessárias, bem como o empenho da mesma junto com o Comitê de Investimentos na recuperação de fundos ilíquidos, fruto de aplicações ocorridas em gestões anteriores.

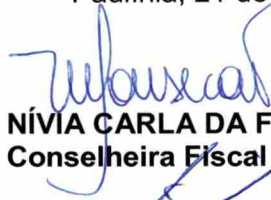
Assim sendo, este Conselho Fiscal **APROVA** por unanimidade as contas do exercício de 2021.

Paulínia, 21 de março de 2022.


LIGIAN REGINA KALVON
Conselheira Fiscal


MARCIA REGINA AMBROZINI L. DA SILVA
Conselheira Fiscal


REGINALDO APARECIDO NAVES
Conselheiro Fiscal


NÍVIA CARLA DA FONSECA
Conselheira Fiscal


ADEMIR PEREIRA
Conselheiro Fiscal